

Liberdade X Necessidade: um debate entre Cícero e Agostinho sobre o conflito entre o livre-arbítrio humano e a presciência divina

Prof. Dr. Marcos Roberto Nunes Costa¹

Resumo: no livro V, de “A Cidade de Deus”, Agostinho nos dá uma amostra de como resolve o problema do conflito entre liberdade e necessidade, quando, ao refutar Cícero, o tribuno, que, ao defender o livre-arbítrio da vontade contra o fatalismo, acaba por negar a presciência divina, afirma não haver contradição alguma entre a presciência divina e o livre-arbítrio humano. **Palavras-chave:** Agostinho, livre-arbítrio, presciência divina, liberdade, necessidade.

Abstract: in Book V, “De Civitate Dei”, Augustin gives us sample of how to solve the conflict problem between liberty necessity, as, rebutting Cicero, the tribune, who, defendine the will free choice against fatalism, enos by divine Prescience, affirms that there there is any contraction between divine Prescience and the human free will choice. **Key words:** Augustin, free will, divine Prescience, liberty, necessity,

Introdução

Em Santo Agostinho, o problema do conflito entre liberdade e necessidade, que está presente na maioria dos grandes filósofos que vieram antes e depois dele, aparece, implicitamente, em muitos de seus escritos, quando ele trata dos mais variados temas em questão na sua época, como, por exemplo, da criação e governo do universo por parte de Deus, da liberdade em Deus e o livre arbítrio no homem, da presciência e providência divina, da graça divina, da predestinação etc. De tal forma que abordar o problema da relação entre liberdade e necessidade em Agostinho, na sua totalidade, significa ter que esgotar o seu pensamento como um todo, o que seria impossível até mesmo em uma tese de doutoramento, quanto menos em uma comunicação como esta.

Assim sendo, querendo contribuir com o tema em debate neste Congresso e tentando adequarmo-nos ao tempo a nós concedido, gostaríamos de delimitar nosso assunto, fazendo uma rápida sistematização, uma espécie de estudo de caso, de uma passagem da obra Cidade de Deus, livro V, intitulado “O Destino e a Providência”, onde Agostinho mostra que o tribuno Cícero, ao refutar a concepção pagã de que a causa do Império Romano é fortuita, ou seja, o destino, este acaba por negar também à presciência divina, por julgar ser incompatível com o livre-arbítrio da vontade humana.

Portanto, não é nossa intenção esgotar aqui todas as variáveis que o tema oferece, mas tão-somente tomar a passagem supracitada como protótipo da posição de Agostinho em relação ao conflito entre liberdade e necessidade.

1 Cícero: o livre-arbítrio humano é incompatível com a presciência divina

Os dez primeiros livros de A Cidade de Deus têm como principal objetivo refutar as acusações dos pagãos de que a principal causa da derrocada de Roma, em 410, quando por ocasião de sua invasão por Alarico, rei dos Visigodos, estaria em sua adesão ao Cristianismo. Para eles, durante os tempos em que os romanos foram pagãos (renderam cultos aos deuses e seguiam as orientações dos filósofos pagãos), o Império fora próspero e resistente aos ataques dos inimigos, o que era evidente, portanto, que a causa de tal prosperidade estava em este ser culturalmente pagão e, conseqüentemente, a sua debilidade em sua adesão à cultura cristã.

Além daqueles que buscavam uma explicação estritamente religiosa, nos deuses pagãos, a quem Agostinho dedica os quatro primeiros livros de A Cidade de Deus para refutá-los, havia aqueles que intentavam encontrar uma causa filosófico-científico-racional ou natural para causa da prosperidade e decadência de Roma. É contra estes que Agostinho dedica os últimos cinco livros da primeira parte de sua obra.

Em primeiro lugar, havia aqueles que, alicerçados em teorias fatalistas – na astrologia, nas ciências astronômicas ou matemáticas –, procuravam justificar a causa do Império Romano ou como obra do acaso, ou seja, nos astros ou estrelas, ou como obra da fatalidade ou destino, que tudo já estava programado predeterministicamente. A esses Agostinho dedica os primeiros capítulos do livro V, da referida obra, onde prova serem inconsistentes os seus fundamentos. Ao contrário, a causa do Império Romano está em Deus, que a tudo criou e governa com sua divina providência.

Num segundo momento, depois de refutar os astrólogos e matemáticos, a partir do capítulo 8, do livro V, Agostinho inicia suas investidas contra os estóicos, que, segundo ele, atribuíam a “fatalidade não à constituição dos astros, como se encontravam no momento da concepção, do nascimento ou do princípio (o acaso), mas à conexão e série de todas as causas com que se faz quanto se faz [...], ou atribuíam a ordem a concatenação de causas à vontade e ao poder do Deus supremo (Júpiter), que acreditam saber todas as coisas antes de que sucedam e não deixar nada desordenado”². Tais filósofos adotam como máxima as palavras necessitaristas do estóico Ênio Sêneca, que diz: “A fatalidade conduz aquele que quer e arrasta com violência quem não quer”.

Já o tribuno Cícero, em sua obra *Sobre a Adivinhação*, contrariando os seus colegas estóicos, nega totalmente o acaso e a fatalidade e enfatiza o papel da livre vontade do homem. Só que, ao empreender tal tarefa, acabou por refutar não só fatalismo ou destino mas também a presciência divina, quando diz não “haver a ciência do futuro, e sustentar com todas as forças não existir, em absoluto, nem em Deus nem no homem, e não haver predição de coisas. Essa via nega também a presciência de Deus [...]. Pois, parece, para não admitir a existência da fatalidade e perder a vontade livre, porque está convencido de que, admitida a ciência do futuro, tão indefectivamente se admite a fatalidade, que seria de todo em todo impossível negá-la” (*De Civ. Dei*, V, 9). Por isso Agostinho diz: “Os que estabelecem os destinos siderais são mais toleráveis que esse filósofo, negador da presciência do porvir.

Porque confessar a existência de Deus e negar que é presciente do futuro é a extravagância número um” (Idem, V, 9).

Ou seja, para Cícero, era impossível conciliar a livre vontade do homem com a presciência divina, pois “se forem conhecidas todas as coisas futuras, sucederão na mesma ordem em que de antemão se soube que sucederiam. E, se sucedem nessa ordem, é certa a ordem para Deus, que as sabe antes de acontecerem; se é certa a ordem das coisas, é certa a ordem das causas [...]. E, se é certa a ordem das causas, pela qual se faz tudo quanto se faz, tudo quanto se faz, diz, é obra do destino. Se assim é, nada está em nosso poder e não existe livre arbítrio da vontade humana. Se concordarmos com isto, acrescenta, cai por terra toda a vida humana. Em vão se fazem leis [...]. E ao contrário, se existe o livre arbítrio da vontade, nem todas coisas são obra do destino; se nem todas as coisas são obra do destino, não é certa a ordem de todas as causas; se não é certa a ordem das causas, não é certa nem para Deus, que sabe de antemão a ordem das coisas [...]. Por conseguinte, se todas as coisas não sucedem como de antemão soube que haveria de suceder, não há em Deus, presciência de todas as coisas. E por isso pensa que ambas as coisas são incompatíveis, que, se se admite uma, se suprime a outra; se optarmos pela presciência do futuro, destruimos o livre arbítrio da vontade e vice-versa”(Idem, V, 9).

2 Agostinho: o livre-arbítrio humano é compatível com a presciência divina

Para Agostinho, Cícero tem razão quando afirma nada suceder senão precedido por uma causa eficiente, eliminando por completo a existência do acaso, por isso diz que “ao refutar as conjecturas dos matemáticos, as palavras de Cícero brilham”(De Civ. Dei, V, 9). Entretanto discorda deste quando diz que, ao afirmar a livre vontade do homem, tenha que, necessariamente, negar a providência divina, visto que “nem toda causa é fatal, posto existirem a causa fortuita, a natural e a voluntária”(Idem, V, 9). Quanto às duas primeiras, Agostinho não as nega, apenas discorda dos pagãos que as atribuem aos deuses ou

aos astros, mas que tais causas se encontrem, necessariamente, no Deus verdadeiro dos cristãos, bem como explica em que sentido devemos entender essas duas causas. Quando se aplica ao nível da natureza bruta, da existência de todos os seres do universo, por exemplo, Agostinho não tem dúvidas de que se possa aplicar a palavra “causa” como um termo duro e necessário, pois, primeiro, tudo quanto existe não tem sua causa senão em Deus e, segundo, nada escapa, no universo físico, que não seja governado pela providência divina.

Quanto ao primeiro ponto, em uma outra obra, Sobre o Gênesis Contra os Maniqueus, onde argumenta a favor da afirmativa bíblica de que “Deus fez o mundo a partir do nada”, Agostinho mostra que tudo quanto existe no universo está incluído na criação de Deus, que, segundo ele, aconteceu de forma progressiva, dividida em dois momentos: no primeiro (“*criatio prima*”), Deus criou a matéria informe “*ex nihilo*”; o segundo (“*criatio secunda*”) consiste na informação do informe, isto é, a formação dos seres a partir da matéria informe. Além disso, há um terceiro momento, onde acontece a multiplicidade dos seres a partir dos seres já criados, através das “*rationes seminales*”, ou seja, Deus colocou no mundo algumas coisas apenas em potência, para que, no decurso dos séculos e debaixo da sua divina providência, pudessem desenvolver-se, dando origem aos novos seres; assim Deus continua sua criação através dos tempos³. Por isso, Agostinho diz: “Ainda mesmo o que não foi criado e todavia existe, nada tem em si que não existisse”⁴. Ou, em outras palavras: ainda mesmo o que não foi criado por Deus na sua forma definitiva e perfeita e, todavia, por processo evolutivo das “*rationes seminales*”, obteve a existência; nada tem em si que antes não existisse. Em síntese: a) para o santo doutor, todas as criaturas foram tiradas do nada num só momento, por simples ato da vontade; b) no instante da criação, alguns seres foram formados completos e perfeitos, como é o caso dos anjos, dos astros, a alma do homem etc.; c) outros, como os vegetais, os animais (os peixes, as aves e até o corpo do primeiro homem), etc., foram criados em potências, em suas “*rationes seminales*”. Ou seja, para Agostinho, na natureza física, não existe acaso, ou “Deus não joga dados”, pois até os “*futuros seres contingentes*” são frutos da criação de Deus, por meio das “*rationes seminales*”.

Igualmente, quanto ao segundo ponto, em uma outra obra, *A Ordem*, ao defender o princípio segundo o qual “Deus – providência, onisciência e onipotência – criou tudo e tudo governa, de tal forma que nada acontece no universo por acaso”⁵, Agostinho diz que, no universo criado e governado por Deus, não há espaço para desordem, ou acaso, pois, “como pode existir contrário ao que tudo ocupa, ao que tudo governa? O que é contrário à ordem deveria existir fora da ordem. E nada veio posto fora da ordem, nem se pode pensar que haja nada contrário a ele”⁶. Assim sendo, para Agostinho, há uma perfeita ordem ou harmonia no universo, porque está tudo submetido à divina providência.

Já quanto ao nível de Deus e do homem, é possível afirmar-se a existência do livre-arbítrio. Quanto ao primeiro, Agostinho não tem dúvida de que não existe necessitarismo algum em Deus. Para ele, Deus não criou o mundo por um princípio necessário, como nos neoplatônicos, mas por um ato livre de amor. Deus poderia ter feito o mundo de outra maneira e até não ter feito de jeito nenhum e em nada alteraria sua essência.

Quanto ao segundo, o homem, encontramos uma dupla situação: por um lado, ele é natureza bruta – corpo sobre o qual recai o princípio necessário, assim como em todos os seres do universo; mas ele é, também, alma racional, dotada de livre-arbítrio, que é um dom de Deus. É graças a esse dom que o homem é o único ser no universo que é verdadeiramente livre⁷, que não age, necessariamente, conforme regras predeterminadas, como os demais seres naturais.

E, para Agostinho, contrariamente ao que pensava Cícero, não existe nenhuma contradição em afirmar, ao mesmo tempo, a presciência divina e o livre-arbítrio do homem, pois “de ser certa para Deus a ordem de todas as coisas não se segue, contudo, não haver coisa alguma no arbítrio da vontade, porque também nossa própria vontade se inclui na ordem das causas, certa para Deus e contida em sua presciência, visto ser causa das ações humanas. E, por conseguinte, quem sabe antemão todas as causas de todas as coisas não pode, sem dúvida, ignorar, entre as causas, nossa vontade, que soube de antemão ser causa de nossas ações”⁸. Por isso Agostinho declara com muita convicção: “Contra todos esses sacrílegos e ímpios atrevimentos – dos

estóicos, que apelam para o fatalismo ou o destino, em detrimento do livre-arbítrio da vontade humana, e de Cícero, que, em nome da liberdade humana, nega não só o fatalismo mas também a presciência divina – nós, convencidos da existência de um Deus supremo e verdadeiro, confessamos também que tem potestade, vontade e presciência soberana. E não tememos, por isso, fazer sem vontade o que voluntariamente fazemos, porque de antemão sabe Ele, cuja presciência não pode enganar-se, o que de antemão temos de fazer [...]. Afirmamos que Deus sabe todas as coisas antes de sucederem e que fazemos por nossa vontade quando sentimos e conhecemos não fazer-se sem que o queiramos”⁹. E como exemplo de algo que é fruto exclusivamente de nossa vontade, sem que com isso não faça parte da presciência de Deus, Agostinho coloca o pecado – mal: “Não peca o homem precisamente por que Deus soube de antemão que haveria de pecar; diria mais, não se põe em dúvida que o homem peca quando peca, justamente porque Aquele cuja presciência não pode enganar-se soube de antemão que nem o destino, nem a fatalidade, nem outra coisa havia de pecar, senão o próprio homem, que, se não quer, com certeza não peca; mas, se não quer pecar, também isto Ele soube de antemão”¹⁰.

Como se vê, Agostinho não nega que nossa vontade esteja dentro da ordem das causas criadas por Deus, ou da presciência divina, mas isso não implica que ela não seja livre, pelo contrário, ser livre é sua essência, ou sua necessidade. Por isso, diz: “É necessário que, se queremos, queiramos com livre-arbítrio, indubitavelmente dizemos verdade e não sujeitamos, por isso, o livre-arbítrio à necessidade, que suprime a liberdade. Pertence-nos, pois, a vontade e ela mesma faz tudo quando, querendo, fazemos, o que não se faria, se não quiséssemos”¹¹. E conclui: “Logo, não porque Deus soube o que havia de depender de nossa vontade, algo deixa de depender dele, pois quem o soube de antemão soube de antemão alguma coisa. Por conseguinte, se Aquele que de antemão soube o que dependeria de nossa vontade não soube de antemão nada, mas soube alguma coisa, mesmo que Ele seja presciente, algo depende de nossa vontade. Pois isso, de maneira alguma nos vemos constrangido, admitida a presciência de Deus, a suprimir o arbítrio da vontade ou, admitido o arbítrio da vontade, a negar em Deus a presciência do futuro, o que é verdadeira impiedade.

Abraçamos, isso sim, ambas verdades, confessamo-las de coração fiel e sincero; uma, para que nossa fé seja reta, a outra, para nossa vida ser santa. Longe de nós negar a presciência, por querermos ser livres, visto que com seu auxílio somos livres ou seremos livres”¹².

Agostinho voltaria a enfrentar o problema em muitas outras obras e situações, como, por exemplo, no embate com os pelagianos, onde estão em questão os conceitos de Graça divina e Predestinação, os quais são apontados, não só pelos pelagianos mas também por muitos de seus comentadores até hoje, como conflitantes com o conceito de livre-arbítrio humano. Entretanto, como anunciamos no início desta comunicação, não iremos abordar aqui.

NOTAS

¹ Marcos Roberto Nunes Costa é Professor de Filosofia da UNICAP e Doutor em Filosofia pela PUCRS.

² *De Civ. Dei*, V, 8.

³ Aqui, sobre as “rationes seminales”, através das quais Deus continua a obra da criação, o comentador AZCONE, José Luis. A Noção de Criação em Santo Agostinho. In: OLIVEIRA, Nair de Assis (Org.). **Ecoteologia Agostiniana: Simpósio de Reflexão Sobre a Ecoteologia Agostiniana a partir da América latina**, São Paulo: Paulus, 1996, p. 48-51, nos traz à tona uma série de discussões entre os intérpretes de Agostinho, onde debatem se este teria assumido uma posição determinista ou evolucionista. Alguns, dentre eles R. Arteaga, defende um evolucionismo moderado, no sentido de que Deus é apenas causa primeira ou remota dos seres novos que aparecem no universo. Para este, as “rationes seminales”, causas segundas, não são as únicas responsáveis pelo surgimento de seres novos, pois dependem, também, dos condicionamentos externos para que sejam ativadas. Outros, dentre eles, F. J. Thounnard e P. Schepens, o acusam de determinismo ou fixismo, pois, na teoria das “rationes seminales” não se admite a aparição de espécies totalmente novas ou a geração por acaso. Isso suporia acréscimo, que não teriam sua justificação racional em formas anteriores. As “rationes seminales” não agem independentemente, mas obedecem à moção divina, desenvolvem no tempo as formas nelas já existentes. Em suma, os seres novos já estão pré-programados no ovo inicial. Portanto, na verdade, não há seres novos.

⁴ *Conf.* XI, 4.

⁵ *De Ord.* I, V, 14.

⁶ *De Ord.* I, VI, 15.

⁷ Em a obra *O Livre Arbítrio*, II, 18 a 20, Agostinho mostra que o livre-arbítrio é um bem que ele chama de “bem médio”, visto que o homem pode usar tanto para o bem como para o mal. Mas, mesmo o usando mal, não deixa de ser um bem, ou um dom de Deus, uma vez que é graças a ele que o homem é livre. Ali, rebatendo as interrogações daqueles que dizem: “Explica-me agora, se é possível, por que razão Deus concedeu ao homem o livre-arbítrio da vontade [...]. Não seria melhor que ele não o recebesse, visto que é unicamente por ele que pecamos?” (*De Lib. Arb.* II, 1), Agostinho responde: “Entre os bens do corpo deparamos com alguns bens – as mãos, por exemplo – que o homem pode usar sem retidão; nem por isso afirmamos que eles não deviam ser dados, visto reconhecermos que são bens. Sendo assim, que admira haver igualmente no espírito certo bem (o livre-arbítrio), de que também podemos usar sem retidão, mas que, graças à existência dele, também, podemos usá-lo com retidão, e assim merecermos o justo prêmio?” (Idem, II, 18).

⁸ *De civ. Dei*, V, 9.

⁹ *De civ. Dei*, V, 9.

¹⁰ *De civ. Dei*, V, 10.

¹¹ *De civ. Dei*, V, 10.

¹² *De civ. Dei*, V, 10.

Referências

AGOSTINHO, Santo. **A Cidade de Deus**: contra os pagãos. 3 ed. Trad. de Oscar Paes Leme. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Federação Agostiniana Brasileira, 1991. v. 1, 414 p.

_____. *As Confissões*. Trad. J. Oliveira Santos ; De Magistro (O Mestre) Trad. Angelo Ricci. In: **Santo Agostinho**. 2 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1980. 324 p.

_____. *Del Genesis Contra los Maniqueos*. In: **Obras Completas de San Agustín**. Bilingue. Trad. e introd. de Balbino Martin. Madrid: BAC, 1969. v. 15, p. 287-397.

_____. *Del Orden*. In: **Obras Completas de San Agustín**. Bilingue. Trad. e introd. de Victorino Capanaga. Madrid: BAC, 1969. v. 1, p. 587-707.

_____. **O Livre-Arbítrio**. Trad. e notas de Antônio Soares Pinheiro. Braga: Faculdade de Filosofia, 1990. 367 p.

AZCONE, José Luis. A Noção de Criação em Santo Agostinho. In: OLIVEIRA, Nair de Assis (Org.). **Ecoteologia Agostiniana: Simpósio de Reflexões Sobre a Ecoteologia Agostiniana a partir da América Latina**. São Paulo: Paulus, 1996. p. 48-51.

Endereço do autor:

Av. João de Barros, 1212, ap. 304

Espinheiro - Recife, PE - Brasil

CEP 52021-180

E-mail: marcosc@unicap.br ou mrncnunes@ig.com.br